



CONCURSO PÚBLICO

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ



Universidade
Estadual do Piauí

PROVA 1 – TIPO 5

CARGO: ANALISTA MINISTERIAL – ÁREA: PROCESSUAL

DATA: 25/01/2009 – HORÁRIO: 8h30min às 12h30min (horário do Piauí)

LEIA AS INSTRUÇÕES:

- Você deve receber do fiscal o material abaixo:
 - Este caderno com 70 questões objetivas sem repetição ou falha.
 - Um CARTÃO-RESPOSTA destinado às respostas objetivas da prova.
 - Para realizar sua prova, use apenas o material mencionado nas letras a) e b) e em hipótese alguma, papéis para rascunhos.
- Verifique se este material está completo, em ordem e se seus dados pessoais conferem com aqueles constantes do CARTÃO-RESPOSTA.
- Após a conferência, você deverá assinar seu nome completo, no espaço próprio do CARTÃO-RESPOSTA utilizando caneta esferográfica com tinta de cor azul ou preta.
- Escreva o seu nome nos espaços indicados na capa deste CADERNO DE QUESTÕES, observando as condições para tal (assinatura e letra de forma), bem como o preenchimento do campo reservado à informação de seu número de inscrição.
- No CARTÃO-RESPOSTA, a marcação das letras, correspondentes às respostas de sua opção, deve ser feita com o preenchimento de todo o espaço do campo reservado para tal fim.
- Tenha muito cuidado com o CARTÃO-RESPOSTA, para não dobrar, amassar ou manchar, pois este é personalizado e em hipótese alguma poderá ser substituído.
- Para cada uma das questões são apresentadas cinco alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); somente uma responde adequadamente ao quesito proposto. Você deve assinalar apenas **uma alternativa para cada questão**; a marcação em mais de uma alternativa anula a questão, **mesmo que uma das respostas esteja correta**; também serão nulas as marcações rasuradas.
- As questões são identificadas pelo número que fica à esquerda de seu enunciado.
- Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião nem a prestar esclarecimentos sobre o conteúdo da Prova. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir a este respeito.
- Reserve os 30(trinta) minutos finais do tempo de prova para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no CADERNO DE QUESTÕES não serão levados em conta.
- Quando terminar sua prova, assine a LISTA DE FREQUÊNCIA, entregue ao Fiscal o CADERNO DE QUESTÕES, o CARTÃO-RESPOSTA, que deverão conter, respectivamente, sua assinatura, assinatura/impressão digital, a serem coletadas por este.
- O TEMPO DE DURAÇÃO PARA ESTA PROVA É DE **4h**.
- Por motivos de segurança, você somente poderá ausentar-se da sala de prova depois de decorridas **2(duas) horas** de seu início.

Nº DE INSCRIÇÃO

--	--	--	--	--	--

Assinatura

Nome do Candidato (letra de forma)

CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

TEXTO 1

A cigarra é a formiga

A famosa fábula intitulada *A cigarra e a formiga* diz que o modelo de trabalhador ideal é aquele que consome boa parte de seus dias usando braços e pernas para produzir. O mundo do trabalho das formigas lembra o modelo de produção fordista, em que o homem e a máquina se confundem numa só engrenagem.

Relembrando a fábula, o personagem da cigarra ocupa, no imaginário do campo do trabalho, o papel do trabalhador indesejável, pois o esforço e a dedicação para aperfeiçoar o seu canto e entrar em comunhão com a natureza, cumprindo seu papel, não são contados. O ato prazeroso de cantar é considerado, segundo a fábula, como negação ao trabalho, e não como uma fonte de trabalho.

Essa visão reflete a velha busca de tratar as questões do ser humano dividindo-o em partes, separando o bem e o mal, o certo e o errado em campos totalmente distintos.

Morin, em seu clássico *Os sete saberes necessários à Educação de Futuro*, critica essa visão dizendo que “compreender o humano é compreender sua unidade na diversidade, sua diversidade na unidade”.

É importante lembrar aqui que o trabalho da formiga representa, no mundo econômico, o modelo de produção que gera bens de consumo tangíveis. Durante muito tempo, para o mundo dos negócios, significou a principal forma de acumulação de bens e capital – por parte dos capitalistas, é claro.

O que precisamos compreender é que criar a figura da cigarra, caracterizada pelo lúdico, como algo totalmente distinto e separado da formiga, para delinear o modelo de trabalhador, é incorrer no erro de que o trabalho segue apenas o princípio da “tortura”, e que o prazer não encontra aí o seu lugar.

O trabalho dos tempos atuais, porém, assume papel preponderante nas relações simbólicas da sociedade. E requer dos novos trabalhadores um comportamento profissional diferenciado dos tempos passados, da era industrial (a era das formigas).

Hoje, emergem novos valores. A emotividade, valor negativo no processo de produção pela importância que se dava à racionalidade, foi resgatada para o processo produtivo, pois, sem ela, a racionalidade nunca será criativa. Os valores intangíveis – beleza, estética e emotividade, o “modo cigarra” de viver – fazem, agora, a diferença.

Separar, de um lado, o trabalho da transpiração, do esforço, da força mecânica, do suor obreiro da vida, e, de outro lado, o trabalho da inspiração, da criação, do estético, do simbólico, não fortalece a gênese de criação do ser humano. Lembremo-nos de que, quando um escultor transforma pedra em obra de arte, dá-se o aproveitamento do melhor da energia da transpiração, da técnica, da racionalidade, associada à energia da inspiração.

Dando novamente a palavra a Morin, talvez possamos entender por que “a cigarra é a formiga”. Segundo esse pensador, “o ser humano é complexo e traz em si mesmo, de modo bipolarizado, caracteres antagonistas: sábio e

louco, trabalhador e lúdico, empírico e imaginário, econômico e consumista, prosaico e poético”.

(Irageu Fonseca. *Diário de Pernambuco*, julho de 2006. Adaptado).

01. O Texto 1, como idéia central, defende:

- A) a dimensão prazerosa do trabalho como negação da racionalidade.
- B) a hegemonia das atividades humanas que exploram a inspiração.
- C) a superioridade dos modelos de produção centrados na energia técnica.
- D) uma concepção da atividade de produção humana como algo integrado e uno.
- E) um perfil de trabalhador inspirado no modelo que confunde homem e máquina.

02. Na verdade, o Texto 1, em seu todo, pretende trazer uma nova perspectiva para se encarar:

- A) as conseqüências da engrenagem mecânica na vida do homem.
- B) o natural antagonismo constituinte do processo humano de produzir.
- C) a complexidade da distinção entre o bem e o mal, entre o certo e o errado.
- D) a comunhão do homem com a natureza, em seu constante desenvolvimento.
- E) os modelos de educação a serem implantados em um futuro próximo.

03. Dentre os vários argumentos presentes no Texto 1, os quais sustentam o ponto de vista do autor, o principal deles é:

- A) “o modelo de trabalhador ideal é aquele que consome boa parte de seus dias usando braços e pernas para produzir”.
- B) “O mundo do trabalho das formigas lembra o modelo de produção fordista”.
- C) “quando um escultor transforma pedra em obra de arte, dá-se o aproveitamento do melhor da energia da transpiração”.
- D) “o trabalho da inspiração, da criação, do estético, do simbólico, não fortalece a gênese de criação do ser humano”.
- E) “O ser humano é complexo e traz em si, de modo bipolarizado, caracteres antagonistas”

04. Segundo o Texto 1, existem, no mundo econômico, dois modelos de produção. São eles:

- A) o que gera bens de consumo tangíveis e o que acumula bens e capital.
- B) o que segue apenas o princípio da tortura e aquele que predominou na era industrial.
- C) o que privilegia a racionalidade e o que associa a isso a emotividade.
- D) o que se concentra na inspiração e o que se apoia na estética e no simbólico.
- E) o que melhor aproveita a energia da técnica e o que se serve da força da transpiração.

- 05.** Como relembra o Texto 1, a cigarra, no imaginário do campo do trabalho, representa o trabalhador indesejável, porque:
- A) resgata o modelo de produção fordista, que integra homem e máquina.
 - B) configura-se como figura própria do mundo obreiro e racional.
 - C) simboliza o ato prazeroso de cantar como negação ao trabalho.
 - D) reitera os valores da racionalidade pura, conforme a visão cartesiana.
 - E) prioriza, na gênese do processo produtivo, o melhor da técnica e do esforço.
- 06.** Em um texto podem-se identificar diferentes vozes, desde a voz do autor até a voz da tradição cultural. No Texto 1, representa a voz do autor o seguinte fragmento:
- A) “o modelo de trabalhador ideal é aquele que consome boa parte de seus dias usando braços e pernas para produzir.”
 - B) “O ato prazeroso de cantar é considerado, segundo a fábula, como negação ao trabalho, e não como uma fonte de trabalho.”
 - C) “Compreender o humano é compreender sua unidade na diversidade, sua diversidade na unidade”.
 - D) “O ser humano é complexo e traz em si mesmo, de modo bipolarizado, caracteres antagonistas”.
 - E) “Separar, de um lado, o trabalho da transpiração, (...) e, de outro lado, o trabalho da inspiração, (...) não fortalece a gênese de criação do ser humano.”
- 07.** Observe o trecho seguinte: “Separar, de um lado, o trabalho da transpiração, do esforço, da força mecânica, do suor obreiro da vida, e, de outro lado, o trabalho da inspiração, da criação, do estético, do simbólico, não fortalece a gênese de criação do ser humano.” Para que se entenda, coerentemente, esse trecho, é fundamental que se reconheça uma articulação semântico-textual de:
- A) temporalidade.
 - B) conformidade.
 - C) oposição.
 - D) concessão.
 - E) finalidade.
- 08.** Reveja o trecho: “criar a figura da cigarra caracterizada pelo lúdico, como algo totalmente distinto e separado da formiga (...) é incorrer no erro de que o trabalho segue apenas o princípio da ‘tortura’”. Caracterizar a cigarra como “figura lúdica” significa caracterizá-la como:
- A) figura bizarra.
 - B) figura intrigante.
 - C) figura pudica.
 - D) figura lúcida.
 - E) figura divertida.
- 09.** Analise a correlação sintático-semântica entre os vários segmentos lingüísticos do fragmento seguinte: “O ser humano é complexo e traz em si mesmo, de modo bipolarizado, caracteres antagonistas”. Também está correta a correlação estabelecida em:
- A) Os seres humanos são complexos e trazem neles mesmo, de modo bipolarizado, caracteres antagonistas.
 - B) Tu és complexo e trazes em tu mesmo, de modo bipolarizado, caracteres antagonistas.
 - C) As pessoas são complexas e trazem em se mesmas, de modo bipolarizado, caracteres antagonistas.
 - D) Tu és complexo e trazes em você mesmo, de modo bipolarizado, caracteres antagonistas.
 - E) Nós somos complexos e trazemos em nós mesmos, de modo bipolarizado, caracteres antagonistas.
- 10.** Releia o trecho: “Relembrando a fábula, o personagem da cigarra ocupa, no imaginário do campo do trabalho, o papel do trabalhador indesejável, pois o esforço e a dedicação para aperfeiçoar o seu canto e entrar em comunhão com a natureza, cumprindo seu papel, não são contados”.
- O fragmento sublinhado exerce, nesse trecho, a função textual de:
- A) delimitar o espaço em que a afirmação deve ser considerada.
 - B) indicar quem são os interlocutores envolvidos na interação.
 - C) chamar a atenção do leitor para o tópico principal do parágrafo.
 - D) abrir uma paráfrase de um outro segmento anterior do texto.
 - E) retificar uma afirmação central previamente feita pelo autor.

Nordeste: mito e realidade

De modo geral, quase todos os problemas do Nordeste são atribuídos às adversidades climáticas, à ausência ou à escassez das chuvas. É comum ouvirmos dizer que as secas assolam, maltratam os nordestinos. Mas será que é isso mesmo o que acontece? Ou será que é só isso mesmo?

Não se podem negar os graves efeitos sociais e econômicos causados pela seca. Quando ela ocorre, o sertanejo observa, impotente, sua lavoura morrer, seu gado minguar, os pequenos rios secarem, ocasião em que sua “tragédia” é exibida para todo o Brasil e até mesmo para outros países pelos meios de comunicação.

Os poderes públicos, então, se manifestam anunciando, nos mesmos órgãos de imprensa, medidas que serão tomadas para combater a seca, projetos que serão executados a médio e longo prazos e a liberação de verbas que serão destinadas à distribuição de alimentos, água, remédios etc.

A cada nova catástrofe, a cada nova “calamidade pública” esse procedimento se repete. Mas essas medidas não solucionam o problema. Na próxima seca prolongada, tudo será igual ou pior, dependendo da sua intensidade e duração.

Acontece que os fenômenos naturais – que ocorrem independentemente da vontade dos homens – não justificam todo o peso que lhes é atribuído. A seca existe, sim. A pobreza no Nordeste, também. No entanto, não é possível estabelecer uma relação direta entre *seca* e *pobreza*.

Os problemas do Nordeste não se resumem à seca, fator tão divulgado e explorado, graças ao interesse de uma minoria preocupada apenas em tirar proveito de uma situação “aparentemente” criada pela natureza.

Para entendermos a problemática da região, é preciso que deixemos de lado as aparências e investiguemos as reais causas que produziram e produzem um Nordeste tão pobre, tão maltratado e com tantas injustiças e desigualdades sociais.

Ao colocarmos a seca como sua causa principal, estaremos deixando de lado as inegáveis vantagens econômicas e políticas que ela traz para alguns setores e estaremos reduzindo à mera fatalidade climática o subdesenvolvimento e a opressão.

A seca apenas acentua uma situação de injustiça historicamente criada.

(Yná Andrighetti. *Nordeste: mito e realidade*. São Paulo: Moderna, 1998, pp. 7-10. Adaptado.)

11. Considerando as idéias expressas no Texto 2, podemos reconhecer que se trata:
- de uma narrativa em que se conta a história das secas do Nordeste, com seus cenários e personagens.
 - de uma descrição das condições climáticas do Nordeste e dos efeitos sociais e econômicos causados pelas secas prolongadas.
 - de uma reflexão pela qual se põe em dúvida a explicação que costuma ser dada para os problemas do Nordeste.

- de uma exposição didática, para apresentar as principais medidas que serão tomadas pelo Governo para combater a seca.
- de um texto para orientação dos projetos que serão executados, a médio e longo prazos, em favor do Nordeste.

12. Pela compreensão global do texto, pode-se perceber que a argumentação do autor, a certa altura do texto, assume uma direção contrária. Isso fica evidente na alternativa:

- “De modo geral, quase todos os problemas do Nordeste são atribuídos às adversidades climáticas, à ausência ou à escassez das chuvas”.
- “A cada nova catástrofe, a cada nova ‘calamidade pública’ esse procedimento se repete.”
- “Na próxima seca prolongada, tudo será igual ou pior, dependendo da sua intensidade e duração”.
- “A seca existe, sim. A pobreza no Nordeste, também. No entanto, não é possível estabelecer uma relação direta entre *seca* e *pobreza*”.
- “Para entendermos a problemática da região, é preciso que deixemos de lado as aparências”.

13. De acordo com o texto, a justificativa maior para os problemas sociais e econômicos do Nordeste encontra-se:

- nas secas que regularmente castigam a região e provocam a morte das lavouras.
- nas muitas adversidades climáticas que acontecem periodicamente.
- nas inegáveis vantagens econômicas e políticas que a seca traz para alguns setores.
- nos meios de comunicação que somente se manifestam durante as calamidades.
- na rede fluvial da região, que é pequena e não atende à demanda da agropecuária.

14. Observe: “A cada nova catástrofe, a cada nova ‘calamidade pública’ esse procedimento se repete”. A repetição do segmento sublinhado expressa uma função textual de:

- correção.
- contraste.
- paráfrase.
- ênfase.
- reformulação.

15. Os usos formais da língua ditam certas normas para a concordância entre o verbo e o sujeito. Identifique a alternativa que está de acordo com essas normas.

- Qual das grandes secas do Nordeste não deixaram grandes marcas de destruição?
- Cada um dos grandes rios do Nordeste poderiam suprir a escassez de água necessária à lavoura.
- Nenhuma das grandes secas do Nordeste pode ser apontada como a causa principal de suas dificuldades econômicas.
- Além da falta de chuva, foi constatado vários tipos de problemas no Nordeste.
- O resultado das últimas grandes secas deixaram grandes prejuízos sociais e econômicos.

16. Leia o trecho seguinte: "O Nordeste, em decorrência das estiagens prolongadas a que tem sido submetido, apresenta grandes problemas econômicos e sociais." Observe o emprego da preposição antes do pronome relativo – que se deve à regência do verbo. Na mesma perspectiva, analise os enunciados seguintes e assinale aquele que também está correto quanto às normas da regência verbal.

- A) O Nordeste, apesar das estiagens prolongadas de que têm sido atribuídas, apresenta grandes projetos de superação.
- B) O Nordeste, apesar das secas – das quais têm resultado grandes problemas econômicos – crê nas possibilidades de superação.
- C) O Nordeste, por causa das secas – a cujas soluções não se pode abrir mão – ainda sofre sérias discriminações.
- D) O Nordeste, por causa das secas – as quais a imprensa tem feito referências constantes – espera por melhores soluções.
- E) O Nordeste, por causa das políticas assistenciais – as quais não podemos confiar – viveu grandes problemas.

17. Observe a colocação pronominal no seguinte fragmento: "Não se pode negar os graves efeitos sociais e econômicos causados pela seca." O uso do pronome também estaria correto na alternativa:

- A) Não poderiam-se negar os graves efeitos sociais e econômicos causados pela seca.
- B) Poderiam-se negar os graves efeitos sociais e econômicos causados pela seca.
- C) Tinham podido-se negar os graves efeitos sociais e econômicos causados pela seca.
- D) Ninguém poderia negar-se a reconhecer os efeitos econômicos causados pela seca.
- E) Os graves efeitos sociais e econômicos causados pela seca, um dia, poderão-se negar.

18. O texto fala em: "inegáveis vantagens". O prefixo que aparece na palavra sublinhada tem o mesmo sentido daqueles que aparecem em:

- A) inefável; inapto; incremento.
- B) inábil; injetável; ineficaz.
- C) inflamável, imberbe, incrustado.
- D) ímprobo, inalação, inglório.
- E) indubitável, inepto, incruento.

19. O verbo, no seguinte trecho, está na voz passiva: *Muitos problemas do Nordeste foram provocados pelos interesses de uma minoria corrupta.* Caso o autor tivesse optado pela voz ativa, deveria escrever:

- A) Os interesses de uma minoria corrupta provocam muitos problemas do Nordeste.
- B) Os interesses de uma minoria corrupta provocavam muitos problemas do Nordeste.
- C) Os interesses de uma minoria corrupta provocaram muitos problemas do Nordeste.
- D) Os interesses de uma minoria corrupta provocariam muitos problemas do Nordeste.
- E) Os interesses de uma minoria corrupta provocarão muitos problemas do Nordeste.

20. Pelo título do texto – *Nordeste: mito e realidade* – já se pode inferir que o tema será tratado numa perspectiva:

- A) monolítica.
- B) hipotética.
- C) unilateral.
- D) lúdica.
- E) divergente.

Noções de Informática

21. Considere as seguintes afirmações acerca dos modos de operação do mouse no windows XP.

- 1) A partir do painel de controle abrindo o item mouse, na aba geral, é possível alternar entre o modo de clique duplo e o modo de clique simples.
- 2) No modo de clique duplo, para selecionar um item ou pasta, basta clicar uma vez no item.
- 3) No modo de clique simples, para iniciar um programa ou abrir uma pasta, basta clicar uma vez no item.

Está(ão) correta(s) apenas:

- A) 1
- B) 2
- C) 3
- D) 1 e 2
- E) 2 e 3

22. Em relação à Barra de Tarefas do windows XP, podemos dizer que é possível:

- 1) criar e exibir uma nova barra de ferramentas, associada a uma pasta contendo os aplicativos e as ferramentas desejados.
- 2) configurar os aplicativos que serão iniciados automaticamente quando o windows iniciar, usando a barra de Inicialização rápida.
- 3) ocultar a barra de tarefas sempre que o ponteiro do mouse passar mais de cinco segundos sem movimento, através da opção de Ocultar automaticamente a barra de tarefas.

Está(ão) correta(s) apenas:

- A) 1
- B) 2
- C) 3
- D) 1 e 3
- E) 2 e 3

23. Na configuração padrão do aplicativo Microsoft Office Word 2003, o botão da barra de formatação que permite alterar o espaçamento entre linhas é:

- A) 
- B) 
- C) 
- D) 
- E) 

24. Na configuração padrão do aplicativo Microsoft Office Word 2003, qual das opções abaixo **não** corresponde a um layout de exibição disponível?

- A) Normal
- B) De leitura
- C) Estrutura de tópicos
- D) De apresentação
- E) De impressão

25. Considere as seguintes afirmações sobre a configuração padrão do aplicativo Microsoft Office Word 2003.

- 1) O item 'Quebra...' do menu Inserir permite inserir na posição atual tanto quebra de páginas como quebra de colunas.
- 2) Instruções de endereçamento (como CONFIDENCIAL e PESSOAL) e opções de encerramento (como Atenciosamente e Cordialmente) são exemplos de conteúdo que podem ser inseridos através do item Autotexto do menu Inserir.
- 3) O item 'Símbolo...' do menu Inserir oferece a opção de inserir na posição atual imagens da galeria WordArt.

Está(ão) correta(s):

- A) 1 apenas
- B) 2 apenas
- C) 1 e 2 apenas
- D) 1 e 3 apenas
- E) 1, 2 e 3

26. Na configuração padrão do aplicativo Microsoft Office Excel 2003, o caractere utilizado para especificar um intervalo de células é:

- A) “,”
- B) “.”
- C) “-“
- D) “.”
- E) “ ”

27. Considere as seguintes afirmações sobre a configuração padrão do aplicativo Microsoft Office Excel 2003.

- 1) Uma célula pode ser unicamente identificada através da linha e da coluna em que se encontra.
- 2) A ferramenta de filtro só pode ser empregada em uma única coluna da planilha.
- 3) O botão  serve para reduzir o número de casas decimais das células selecionadas que tenham valor numérico.

Está(ão) correta(s):

- A) 1 apenas
- B) 2 apenas
- C) 3 apenas
- D) 2 e 3 apenas
- E) 1, 2 e 3

28. Considere as seguintes afirmações sobre a configuração padrão do aplicativo Microsoft Internet Explorer 6.0.

- 1) A página web que está sendo visualizada numa janela só pode ser retirada da lista de favoritos quando esta janela for fechada.
- 2) É possível importar uma lista de favoritos que tenha sido salva no formato HTML, em outra máquina ou instância do navegador.
- 3) A partir do item do menu Ferramentas -> Opções da Internet, na guia Geral, podemos excluir, entre outras, a lista de favoritos.

Está(ão) correta(s):

- A) 1 apenas
- B) 2 apenas
- C) 3 apenas
- D) 2 e 3 apenas
- E) 1, 2 e 3

29. Das funcionalidades abaixo, assinale a alternativa que apresenta inovação da versão 7 em relação à versão 6 do Microsoft Internet Explorer.

- A) Navegação com guias
- B) Bloqueador de pop-ups.
- C) Navegação off-line
- D) Supervisor de conteúdo
- E) Recurso AutoCompletar

30. A ferramenta de localização de mensagens da versão padrão do aplicativo Microsoft Outlook Express 6.0 permite especificar na busca todas as opções abaixo, **exceto**:

- A) recebida após.
- B) a mensagem está sinalizada.
- C) a mensagem contém anexo(s).
- D) a mensagem requer confirmação.
- E) recebida antes de.

Legislação

31. Compete ao Colégio de Procuradores de Justiça:

- 1) eleger o Corregedor Geral do Ministério Público.
- 2) julgar recurso com efeito, meramente, devolutivo contra decisão de vitaliciamento, ou não, de membro do Ministério Público.
- 3) recomendar ao Corregedor do Ministério Público a instauração de procedimento administrativo disciplinar contra membro da Instituição.
- 4) aprovar a proposta orçamentária anual do Ministério Público, elaborada pela Procuradoria de Justiça, bem como os projetos de criação, modificações e extinção de cargos e serviços auxiliares.
- 5) rever, mediante requerimento de interessado, decisão de arquivamento de inquérito policial ou peças de informação determinada pelo Procurador Geral de justiça, nos casos de sua atribuição originária.

Estão corretas apenas:

- A) 1, 2, 3 e 4
- B) 1, 3, 4 e 5
- C) 2, 3 e 5
- D) 1, 2 e 4
- E) 2 e 4

32. Compete aos Promotores de Justiça, **exceto**:

- A) atender a qualquer pessoa do povo, desde que acompanhada de advogado, e adotar as providências cabíveis.
- B) assistir à instrução criminal, intervindo em todos os termos de qualquer processo penal.
- C) examinar, em qualquer repartição policial, autos dos flagrantes, livros de ocorrências e quaisquer registros policiais, podendo copiar peças e tomar apontamentos.
- D) requerer prisão preventiva nos termos da lei.
- E) promover diligências e requisitar documentos, certidões e informações a qualquer repartição pública, ressalvadas as hipóteses legais de sigilo e segurança nacional.

33. São atribuições do Promotor de Justiça, em matéria de fundações:

- 1) exercer a fiscalização do funcionamento das fundações, salvaguardando a sua estrutura jurídica e estatutária e promover a extinção nos casos previstos em lei.
- 2) visitar regularmente as fundações fiscalizadas, atuando como interventor das fundações em que sejam detectadas irregularidades.
- 3) promover, na forma da lei, a cassação de declaração de utilidade pública de fundação.
- 4) examinar balanços e demonstrativos de resultados das fundações.
- 5) fiscalizar todas as fundações instituídas pelo Estado e Município exceto as de direito privado.

Estão corretas apenas:

- A) 1, 2, 3 e 4
- B) 1, 3 e 4
- C) 2, 3 e 4
- D) 2 e 5
- E) 1, 4 e 5

34. Em relação às garantias e prerrogativas dos membros do Ministério Público, assinale a alternativa **incorreta**.

- A) Aos membros do Ministério Público é assegurada a inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público.
- B) O membro vitalício do Ministério Público somente perderá o cargo por sentença judicial transitada em julgado, proferida em ação penal própria, nos casos de prática de crime incompatível com o exercício do cargo.
- C) Constitui prerrogativa do membro do Ministério Público ser processado e julgado originariamente pelo Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, nos crimes comuns e de responsabilidade, ressalvada a exceção constitucional.
- D) Constitui prerrogativa do membro do Ministério Público ser custodiado ou recolhido à prisão domiciliar ou à sala especial de Estado Maior, por ordem e à disposição do Tribunal competente, quando sujeito a prisão antes do julgamento final.
- E) Constitui prerrogativa do membro do Ministério Público receber o mesmo tratamento jurídico e protocolar, dispensados aos membros do Poder Judiciário junto aos quais oficiem.

35. Quanto aos deveres e às vedações dos membros do Ministério Público, é **incorreto** afirmar que:

- A) membros do Ministério Público são proibidos de exercer atividade político-partidária.
- B) é vedado ao membro do Ministério Público exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função, salvo a de magistério.
- C) é vedado ao membro do Ministério Público o exercício da advocacia, exceto em causa própria.
- D) é vedado ao membro do Ministério Público manifestar-se, por qualquer meio de comunicação, sobre assunto pertinente a seu ofício, salvo quando autorizado pelo Procurador-Geral de Justiça.
- E) é dever do membro do Ministério Público identificar-se em suas manifestações funcionais.

36. Em relação às funções e à estrutura do Ministério Público, assinale a afirmativa correta.

- A) O Ministério Público abrange o Ministério Público da União, os Ministérios Públicos dos Estados e os Ministérios Públicos junto aos Tribunais de Contas.
- B) O Ministério Público da União compreende o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Militar e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.
- C) Leis ordinárias da União e dos Estados, cuja iniciativa é facultada aos respectivos Procuradores-Gerais, estabelecerão a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público.
- D) Os Procuradores-Gerais, nos Estados e no Distrito Federal e Territórios, poderão ser destituídos por deliberação de três quintos dos membros do respectivo Poder Legislativo, observado o disposto em lei.
- E) O Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Congresso Nacional.

37. Quanto aos princípios relativos ao Ministério Público, assinale a alternativa correta.

- A) A indivisibilidade significa que os integrantes da carreira podem ser substituídos, uns pelos outros, desde que da mesma carreira, segundo prescrições legais.
- B) O princípio da independência funcional se refere aos aspectos administrativos do desempenho funcional do membro do Ministério Público, porém não está relacionado com questões jurídicas referentes à sua atividade funcional.
- C) O princípio da unidade significa, basicamente, que os membros do Ministério Público integram um só órgão, sob a direção do Conselho Nacional do Ministério Público.
- D) A partir do princípio da unidade, foi deduzida a doutrina do promotor natural.
- E) O princípio da independência funcional pode ser suprimido em virtude de decisões do Procurador Geral.

38. Quanto aos órgãos de Administração do Ministério Público, podemos afirmar que:

- A) os Ministérios Públicos dos Estados formarão lista sêxtupla, dentre integrantes da carreira, na forma da lei específica, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, vedada a recondução.
- B) o Colégio de Procuradores é composto por cinco Procuradores de Justiça.
- C) o Corregedor-Geral do Ministério Público será eleito pelos Promotores de Justiça e pelos Procuradores de Justiça, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.
- D) as Promotorias de Justiça poderão ser judiciais ou extrajudiciais, especializadas, gerais ou cumulativas.
- E) os Procuradores de Justiça civis e criminais, que oficiem junto ao mesmo Tribunal, reunir-se-ão para fixar orientações jurídicas, com caráter vinculativo, após aprovado pelo Colégio de Procuradores.

39. No que concerne à carreira do membro do Ministério Público, nos termos da Lei n. 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, é correto afirmar que:

- A) ser brasileiro nato é requisito para ingresso na carreira.
- B) a reintegração, que decorrerá de sentença transitada em julgado, é o retorno do membro do Ministério Público ao cargo, com ressarcimento dos vencimentos e vantagens deixados de perceber em razão do afastamento, exclusive a contagem do tempo de serviço.
- C) O provimento é o retorno do membro do Ministério Público em disponibilidade ao exercício funcional.
- D) A reversão dar-se-á na entrância em que se aposentou o membro do Ministério Público, em vaga a ser provida pelo critério de antiguidade, observados os requisitos legais.
- E) A remoção por permuta confere direito à ajuda de custo.

40. A Lei n. 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, ao instituir a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, estabeleceu que:

- A) lei ordinária, denominada Lei Orgânica do Ministério Público, cuja iniciativa é facultada aos Presidentes dos Tribunais de Justiça dos Estados, estabelecerá, no âmbito de cada uma dessas unidades federativas, normas específicas de organização, atribuições e estatuto do respectivo Ministério Público.
- B) lei complementar, denominada Lei Orgânica do Ministério Público, cuja iniciativa é facultada aos Presidentes dos Tribunais de Justiça dos Estados, estabelecerá, no âmbito de cada uma dessas unidades federativas, normas específicas de organização, atribuições e estatuto do respectivo Ministério Público.
- C) lei ordinária, denominada Lei Orgânica do Ministério Público, cuja iniciativa é facultada aos Procuradores-Gerais de Justiça dos Estados, estabelecerá, no âmbito de cada uma dessas unidades federativas, normas específicas de organização, atribuições e estatuto do respectivo Ministério Público.
- D) lei complementar, denominada Lei Orgânica do Ministério Público, cuja iniciativa é facultada aos Procuradores-Gerais de Justiça dos Estados, estabelecerá, no âmbito de cada uma dessas unidades federativas, normas específicas de organização, atribuições e estatuto do respectivo Ministério Público.
- E) lei complementar, denominada Lei Orgânica do Ministério Público, cuja iniciativa é facultada aos Governadores dos Estados, estabelecerá, no âmbito de cada uma dessas unidades federativas, normas específicas de organização, atribuições e estatuto do respectivo Ministério Público.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Processual

41. É pacífico hoje o entendimento jurisprudencial que permite a atuação judicial, via mandado de segurança, para assegurar a realização de pleito formulado à Administração Pública, quando ultrapassados os limites razoáveis à apresentação de uma resposta, positiva ou negativa, conforme a complexidade da pretensão. Trata-se, neste caso, da aplicação concreta do princípio fundamental:
- da moralidade administrativa.
 - da razoável duração do processo.
 - da impessoalidade administrativa.
 - da ampla defesa em processo administrativo.
 - da eficiência administrativa.
42. Conforme o entendimento sedimentado na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, analise as situações referidas abaixo.
- A pretensão de interdito proibitório para acesso a agência bancária fechada em virtude de movimento grevista.
 - O cabimento da condenação em honorários advocatícios em favor de defensor público.
 - Abuso de poder econômico no cumprimento de contrato de exclusividade no fornecimento de produto.
 - Exigência de lei complementar para dispor sobre prescrição e decadência tributárias aplicáveis às contribuições sociais para constituição do crédito tributário e da respectiva ação de cobrança.
- Entre as situações mencionadas acima, possuem repercussão geral, apenas:
- 1 e 4
 - 2 e 4
 - 1 e 3
 - 2 e 3
 - 3 e 4
43. Não se encontra legitimado para realizar a convocação extraordinária do Congresso Nacional:
- o líder da maioria, em cada Casa Legislativa.
 - o Presidente da República.
 - o Presidente do Senado Federal.
 - o Presidente da Câmara dos Deputados.
 - o número de congressistas referente à maioria dos membros de ambas as Casas Legislativas.
44. As limitações ao poder de tributar da Administração Pública consistem em normas constitucionais voltadas à proteção do contribuinte em relação a abusos, desvios ou arbitrariedades. Neste contexto, a impossibilidade da cobrança de tributos em relação a fatos geradores ocorridos, antes da vigência da lei que os tenha instituído ou majorado, consiste na aplicação do princípio:
- da anterioridade tributária.
 - da irretroatividade tributária.
 - da anterioridade tributária mitigada.
 - da vedação do confisco.
 - da igualdade tributária.
45. A utilização, pelo Supremo Tribunal Federal, quando do exercício do controle de constitucionalidade, da interpretação do ordenamento constitucional, consistente na “suspensão da eficácia parcial do texto impugnado sem a redução de sua expressão literal” (STF, Pleno, ADI - MC 1344-1/ES, Rel. Min. Moreira Alves, DJU 19/04/1996) é um instrumento interpretativo que recebe a denominação de:
- interpretação conforme, sem redução de qualquer de texto.
 - interpretação conforme, com redução de texto.
 - interpretação conforme, com redução de texto, integrativa do ordenamento constitucional.
 - interpretação conforme, sem redução de texto, excluindo da norma interpretação passível de inconstitucionalidade.
 - interpretação conforme, sem redução de texto, conferindo interpretação que lhe preserve a constitucionalidade.
46. Quanto à organização administrativa, assinale a alternativa **incorreta**.
- O processo de descentralização administrativa ocorre quando se distribui competências materiais entre unidades administrativas dotadas de personalidades jurídicas distintas.
 - A centralização administrativa ocorre quando, por meio de lei específica, determinada atribuição anteriormente descentralizada é devolvida à Administração direta.
 - O resultado concreto da desconcentração administrativa é a criação de diferentes órgãos, entendidos estes como unidades administrativas desprovidas de personalidade jurídica.
 - Exemplo de descentralização se verifica quando a entidade política – União, Estado, Município ou Distrito Federal –, por meio de convênio, transfere alguma ou algumas de suas atribuições a entidades que irão compor as suas respectivas administrações indiretas.
 - A vedação constitucional de emenda à Constituição, “tendente a abolir” a forma federativa de Estado, não inclui a vedação da definição de novos modelos ou critérios de distribuição de competências entre os entes federados.
47. A vedação da aplicação a fatos pretéritos da nova interpretação de norma administrativa funda-se no princípio da
- finalidade.
 - legalidade.
 - segurança jurídica.
 - razoabilidade.
 - proporcionalidade.

48. Em relação ao contrato administrativo, regido pela Lei n. 8.666/93, é correto afirmar que:

- A) a Administração dispõe de certas prerrogativas especiais; inclusive pode descumprir condições do edital, se assim entender oportuno e conveniente.
- B) não pode a Administração alterar unilateralmente o contrato.
- C) não pode a Administração, de forma unilateral, extinguir o contrato.
- D) a garantia prestada pelos contratados, nas contratações de obras, serviços e compras, será exigida, em cada caso, a critério da autoridade competente, mesmo que não prevista no instrumento convocatório.
- E) a revisão e o reajuste têm por finalidade a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

49. Em relação à comissão de licitação, nos termos da Lei n. 8.666/93, assinale a alternativa **incorreta**.

- A) Em estrita observância ao estabelecido na Lei n. 8.666/93, é possível os Estados, os Municípios e o Distrito Federal estabelecerem critérios para a escolha e a remuneração dos membros da comissão de licitação.
- B) É permitido à comissão de licitação, nas modalidades convencionais de licitação, corrigir, de ofício, erro em edital, considerando o princípio da autotutela.
- C) Na modalidade convite, as pequenas unidades administrativas em que haja carência de servidores, poderão substituir a comissão de licitação, constituída por, no mínimo, três servidores, por um único servidor.
- D) No julgamento das propostas, a comissão de licitação levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou convite, os quais não devem contrariar as normas e os princípios estabelecidos na Lei n. 8.666/93.
- E) Tendo em vista o interesse público, a comissão de licitação, quando do julgamento das propostas, pode considerar oferta de vantagem não prevista no edital ou convite, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

50. Em relação aos titulares de cargos e empregos públicos, assinale a alternativa correta.

- A) É possível a acumulação remunerada do exercício de cargo público com o desempenho do mandato eletivo de Deputado Estadual, caso haja compatibilidade de horários.
- B) Recondução é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado, em virtude de sua inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo.
- C) As sanções penais, civis e administrativas, são mutuamente excludentes, haja vista que não podem ser cumuladas.
- D) O empregado público, aprovado em concurso público para emprego público, adquire estabilidade após três anos de efetivo exercício.
- E) Declarada a desnecessidade de cargo público, o servidor ficará em disponibilidade, seja o servidor estável ou não.

51. O regime de bens entre os cônjuges corresponde a um complexo de normas que disciplina as relações econômicas entre marido e mulher durante o casamento. Considerando as regras desse regime, introduzidas pelo novo Código Civil, é correto afirmar que o regime de bens passa a vigorar:

- A) na data do casamento, não sendo permitida qualquer modificação em data posterior.
- B) 90 dias após a data do casamento, admitida a sua alteração na hipótese da comunhão universal.
- C) na data do casamento, admitida a sua alteração se preenchidos alguns requisitos previstos na lei.
- D) após um ano da data do casamento, admitida a sua alteração.
- E) na data do casamento, admitida a sua alteração em caso específico da comunhão parcial.

52. O direito de propriedade apresenta-se na Constituição Federal como um direito fundamental. Sobre esse direito, é correto afirmar:

- A) o direito de propriedade não encontra limites no exercício de outros direitos individuais.
- B) o direito de propriedade representa um ônus para o seu titular e para todos os seus herdeiros.
- C) o direito de propriedade é exclusivo, não admitindo qualquer espécie de condomínio.
- D) o direito de propriedade não poderá sofrer restrições por meio de nenhuma lei, estadual ou municipal.
- E) o direito de propriedade não se reveste de caráter absoluto, pois o poder público pode intervir se descumprida a função social que lhe é inerente.

53. Sobre os institutos da prescrição e da decadência, é correto afirmar:

- A) os prazos de prescrição podem ser alterados pelas partes, desde que não se cuide de matéria de ordem pública.
- B) ainda que pendente de condição suspensiva, o prazo da prescrição corre normalmente.
- C) quando a ação se originar de fato que deva ser apurado no juízo criminal, não correrá a prescrição antes da respectiva sentença definitiva.
- D) o prazo decadencial pode ser interrompido por iniciativa do juiz da causa.
- E) o juiz não pode declarar a decadência, de ofício, quando estabelecida em lei, sem provocação da parte interessada.

54. Para que o erro possa dar ensejo à anulação do negócio jurídico, por vício do consentimento, ele deve ser:

- A) erro acidental.
- B) erro indesculpável.
- C) erro substancial e escusável.
- D) erro de cálculo.
- E) erro de fato.

55. Em relação ao domicílio, é correto afirmar:

- A) o domicílio da pessoa natural, que não tenha residência habitual, é o do lugar que ela indicar.
- B) o domicílio do incapaz é o do local onde ele reside.

- C) o domicílio do preso é o do local onde ele foi condenado.
- D) o domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo.
- E) o domicílio do militar é o do local onde estiver a sede do comando.
- 56.** Os procuradores da Fazenda Pública e os membros do Ministério Público possuem poderes de representação em juízo dos interesses públicos inerentes aos fins constitucionais das instituições que integram, desde o momento em que tomam posse nos respectivos cargos. Tal prerrogativa vem a preencher pressuposto de formação e continuidade válida do processo, qual seja:
- A) a legitimidade para a causa.
- B) a legitimidade para o processo.
- C) a capacidade de estar em juízo.
- D) a capacidade postulatória.
- E) o interesse processual.
- 57.** O direito processual civil, quando trata da fase de instrução do processo de conhecimento, prevê hipótese em que a regra do ônus da prova é inaplicável, pois são automaticamente considerados verdadeiros os fatos alegados. São, pois, fatos cuja alegação em juízo independe da devida comprovação, **exceto**:
- A) os impeditivos do direito pretendido.
- B) os incontroversos.
- C) os presumidamente verdadeiros.
- D) os notórios.
- E) os confessados.
- 58.** Qual, dentre os procedimentos abaixo-relacionados, **não** se enquadra, em sua essência, como espécie de processo cautelar, a despeito de seu enquadramento, pelo legislador, no respectivo capítulo?
- A) O arresto.
- B) A exibição de documentos.
- C) Os alimentos provisionais.
- D) A busca e apreensão.
- E) O sequestro.
- 59.** Constitui incidente processual, previsto no artigo 4º da Lei nº 4.348/64, com o escopo de impugnar as liminares ou sentenças exaradas em mandado de segurança, cujo conteúdo, em tese, viole interesses públicos como ordem, saúde, economia ou segurança:
- A) a arguição de inconstitucionalidade.
- B) a correção parcial.
- C) a reclamação constitucional.
- D) o reexame necessário.
- E) o pedido de suspensão.
- 60.** Prevista como remédio processual a tutelar a defesa em Juízo de interesses coletivos, difusos e individuais homogêneos, a ação civil pública, nos termos da sua norma de regência (Lei nº 7.347/85), poderá ser utilizada pelo ente legitimado, no caso, o Ministério Público, nas seguintes situações:
- 1) violação à ordem urbanística por obra de construção civil.
 - 2) recolhimento indevido de contribuições previdenciárias.
 - 3) reparação dos danos causados por má destinação de resíduos tóxicos industriais.
 - 4) descumprimento de cláusulas laborais fixadas em acordo coletivo.
 - 5) destruição de patrimônio arqueológico.
- Estão corretas:
- A) 1, 2 e 5 apenas
- B) 2, 3 e 5 apenas
- C) 1 e 3 apenas
- D) 1, 3, 4 e 5 apenas
- E) 1, 2, 3, 4 e 5
- 61.** Acerca da aplicação da lei penal, é correto afirmar que:
- A) a lei temporária é aplicada a fato praticado durante sua vigência, exceto se decorrido o período fixado para sua duração.
- B) considera-se praticado o crime tanto no momento da ação ou omissão quanto no momento em que se produziu o resultado.
- C) o Código Penal, no tocante ao lugar do crime, adotou a teoria da ubiquidade.
- D) a imunidade diplomática pode ser objeto de renúncia pelo diplomata por ela beneficiado.
- E) os crimes praticados contra a administração pública, por quem está a seu serviço, ensejam a chamada extraterritorialidade condicionada, e refletem o princípio da representação.
- 62.** De acordo com o Código Penal, ocorre exclusão da antijuridicidade quando o agente pratica o fato em estado de necessidade. Todavia, **não** pode ser considerada característica de tal excludente:
- A) salvaguarda de direito alheio.
- B) injusta agressão, atual ou iminente.
- C) perigo atual, não provocado pela vontade do agente.
- D) responsabilização do agente por excesso doloso ou culposo.
- E) impossibilidade de alegação por quem tinha dever legal de enfrentar o perigo.
- 63.** É efeito automático da condenação penal:
- A) tornar certa a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime.
- B) inabilitar para dirigir veículo, quando utilizado como meio para a prática de crime doloso.
- C) perder o cargo, função ou mandato eletivo quando aplicada pena privativa de liberdade por tempo superior a dois anos.
- D) incapacitar para exercício de tutela ou curatela, nos crimes culposos ou dolosos cometidos contra tutelado ou curatelado.
- E) perder, em favor do Estado da federação onde se der o cumprimento da pena, o produto e os instrumentos do crime.

64. Determinado indivíduo, antes mesmo de assumir cargo público para o qual fora nomeado em virtude de aprovação em concurso de provas e títulos, solicitou de particular, em razão de sua futura função, certa vantagem indevida, a qual foi veementemente rechaçada pelo particular, que imediatamente levou o fato a conhecimento do órgão competente. Pode-se dizer que a situação descrita narra:
- a prática do crime de corrupção ativa.
 - a prática do crime de corrupção passiva.
 - a prática do crime de concussão.
 - fato atípico, pois o agente que solicitou a vantagem ainda não era detentor de cargo público.
 - fato atípico, pois não houve o efetivo recebimento da vantagem indevida.
65. Considerando os crimes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º. 8.069/90) ou no Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º. 8078/90), assinale a alternativa correta.
- Os crimes praticados contra criança e adolescente, tipificados no Estatuto da Criança e do Adolescente, são de ação penal pública condicionada à representação de seus pais ou responsáveis, tendo em vista o interesse de proteção da intimidade dos menores.
 - O Estatuto da Criança e do Adolescente não contempla tipos penais omissivos, mas apenas criminaliza condutas comissivas praticadas contra a criança ou adolescente.
 - Uma das circunstâncias agravantes dos crimes tipificados no Código de Defesa do Consumidor é o seu cometimento por ocasião de calamidade.
 - Não é crime, e sim mera infração administrativa, deixar de entregar ao consumidor termo de garantia adequadamente preenchido e com especificação clara de seu conteúdo.
 - Para os crimes tipificados no Código de Defesa do Consumidor, não há previsão de oferecimento de ação penal subsidiária, diante da titularidade do Ministério Público para oferecer denúncia.
66. Sobre os princípios constitucionais do processo penal, assinale a alternativa que reflete corretamente o previsto pela Constituição Federal de 1988.
- Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente, tanto nos crimes comuns quanto nos crimes militares próprios.
 - A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados ao juiz competente em até 72 horas, e à família do preso ou pessoa por ele indicada, em até cinco dias.
 - O preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão, podendo a autoridade que conduzir o interrogatório policial manter sua identidade em sigilo.
 - Ninguém será levado à prisão ou nela mantido quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança.
 - O preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, o que se interpretará como renúncia à assistência de advogado.
67. Sobre a ação penal, assinale a alternativa correta.
- Nos crimes de ação penal pública condicionada, o prazo prescricional para oferecimento de representação é de seis meses, contados da data do fato.
 - A representação, uma vez oferecida, não pode ser retratada.
 - O prazo para oferecimento da denúncia, estando o réu preso, é de dez dias.
 - Será admitida ação privada nos crimes de ação pública, em caso de inércia do Ministério Público.
 - Quando a ação penal for privativa do ofendido, o Ministério Público não poderá aditar a queixa.
68. Acerca de alguns aspectos relacionados à citação e à intimação no processo penal, analise as afirmativas a seguir.
- O Código de Processo Penal atualmente prevê a possibilidade de citação por hora certa quando o réu se oculta para não ser citado.
 - Se o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado, ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, não sendo possível a produção de provas antecipadas, em face dos princípios da ampla defesa e da presunção de inocência.
 - Caso não haja órgão de publicação dos atos judiciais na comarca, a intimação, inclusive ao órgão do Ministério Público, far-se-á diretamente pelo escrivão, por mandado, ou via postal com comprovante de recebimento, ou por qualquer outro meio idôneo.
- Está(ão) correta(s):
- 1, 2 e 3
 - 2 apenas
 - 1 apenas
 - 1 e 2 apenas
 - 2 e 3
69. Em determinado processo em que se discutia a prática de crime contra o patrimônio, o juiz julgou extinta a punibilidade, reconhecendo a ocorrência de prescrição da pretensão punitiva. O recurso previsto no Código de Processo Penal, contra essa decisão e seu respectivo prazo, é:
- recurso em sentido estrito, no prazo de cinco dias.
 - recurso, em sentido estrito, no prazo de dez dias.
 - apelação, no prazo de cinco dias.
 - apelação, no prazo de quinze dias.
 - revisão criminal, no prazo de dez dias.
70. Sobre o remédio do *habeas corpus*, assinale a alternativa **incorreta**.
- O Código de Processo Penal prevê como coação ilegal a falta de justa causa para a ação penal, permitindo o manejo do *habeas corpus* nessa hipótese.
 - A concessão do *habeas corpus* não obstará, nem porá termo ao processo, desde que este não esteja em conflito com os fundamentos daquela.
 - O *habeas corpus* não pode ser concedido de ofício pelo juiz, mas pode ser impetrado pelo representante do Ministério Público que tiver conhecimento da coação ilegal.
 - No caso de *habeas corpus* preventivo, dar-se-á ao paciente, se concedida a ordem, salvo-conduto assinado pelo juiz.
 - Não cabe *habeas corpus* contra decisão condenatória a pena de multa, ou relativo a processo em curso por infração penal a que a pena pecuniária seja a única cominada.